O MOVIMENTO ASSOCIATIVO DAS ENFERMEIRAS DIPLOMADAS BRASILEIRAS NA 1ª METADE DO SÉCULO 20[1]

THE ASSOCIATION OF TRAINED NURSES IN BRAZIL IN THE FIRST HALF OF THE TWENTIETH CENTURY

EL MOVIMIENTO ASOCIATIVO DE LAS ENFERMERAS DIPLOMADAS BRASILEÑAS EN LA 1ª MITAD DEL SIGLO 20

Ieda de Alencar Barreira[2]
Jussara Sauthier[3]
Suely de Souza Baptista[4]

RESUMO: Trata-se de uma pesquisa histórico-social. Nela discute-se o processo de organização das enfermeiras diplomadas brasileiras em grupos concorrentes e suas lutas pela imposição de certas visões de mundo às diretrizes da vida associativa. O estudo abrange o período que vai da fundação da atual Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), em 1926, até o meio do século. Apesar das divergências político-doutrinárias, que orientavam as estratégias de ocupação do campo da enfermagem, a articulação dos grupos rivais em torno de objetivos profissionais comuns permitiu avanços significativos no processo de institucionalização da enfermagem e contribuiu para redefinir a identidade da enfermeira brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: história da enfermagem, profissão de enfermagem, Brasil

INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo são as circunstâncias de criação da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas (Aned)[5], em 1926, e sua trajetória até meados do século, já então com a nova denominação, adotada a partir de 1944, de Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (Abed). Nosso interesse foi o de analisar as lutas simbólicas travadas entre grupos concorrentes, para fazer ver e fazer crer suas concepções do que deveria ser a enfermeira e a enfermagem neste país, acordes com determinadas visões de mundo. Isto nos permitiu evidenciar as alianças e estratégias de diferentes grupos no interior da Associação pelas posições dominantes no campo. O estudo se estende até o meio do século 20, quando saem de cena aquelas que, desde a criação da Aned, foram as porta-vozes principais dos grupos concorrentes.

O argumento apresentado é o de que a Associação (ANED/ABED) se constituiu no

---

[1] *Trabalho solicitado pelo Editor da Revista Brasileira de Enfermagem ao Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras) do Departamento de Enfermagem Fundamental da Escola de Enfermagem Anna Nery (DEF/EEAN), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).*

[2] *Prof. Titular DEF/EEAN. Presidente da ABEn (1976-1980). Líder do grupo de pesquisa "A prática profissional e a formação da identidade da enfermeira brasileira", apoiado pelo CNPq.*

[3] *Prof. Adjunta aposentada DEF. Fundadora e organizadora do Centro de Documentação da EEAN.*

[4] *Professora Titular de História da Enfermagem/ DEF. Coordenadora das linhas de pesquisa: "A enfermagem e os movimentos sociais" e "Escolas de enfermagem na sociedade brasileira", apoiadas pelo CNPq*

locus primordial onde se definiram as posições e as disposições nesse campo profissional, ou seja, onde se deram as lutas pela enunciação do discurso autorizado sobre a enfermagem brasileira.

A FORMAÇÃO DE PRÉ-CONDIÇÕES: 1921-1926

Pontos cruciais para o desenvolvimento precoce de um espírito associativo na formação do habitus profissional das futuras enfermeiras brasileiras foram: o consenso entre os sanitaristas brasileiros da necessidade de organizar um serviço de enfermeiras visitadoras, segundo o modelo desenvolvido nos EUA, para dar sustentação à Reforma Carlos Chagas, operada nos anos 20, pelo novo Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), segundo o modelo preconizado pela universidade John Hopkins, centro difusor do movimento sanitário internacional, difundido na América Latina pela Fundação Rockfeller *(Barreira, 1997, p.163)*; a presença atuante na capital do país e no interior do aparelho de Estado, de um grupo de enfermeiras norte-americanas, com uma visão de mundo consoante com a ética protestante e orientada para uma conduta metódico racional *(Paiva, 1999, p. 258; 259)* e que, como cidadãs e como profissionais, tinham incorporado ao seu habitus, a prática da livre associação para a consecução de objetivos comuns *(Donahue, 1985, p.360, 366)*. No que se refere à concepção do projeto a ser realizado, foi fundamental o entendimento de Ethel Parsons (EP), Chefe da Missão de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, de que a implantação de uma escola de enfermagem de alto padrão era elemento decisivo ao êxito da Missão *(Parsons, 1926, p.5)*.

A adoção do modelo anglo-americano de escola de enfermagem, no qual a par da hierarquia e disciplina paramilitares, havia a expectativa da aquisição de qualidades para o comando e para a liderança, tinha como instrumento formador de tais qualidades a Associação do Governo Interno das Alunas (Agia), instituída em 1923 por Clara Louise Kieninger (CLK), primeira diretora da atual Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN)[6].

O Estatuto da Agia, de 1927[7], estabelecia como sua finalidade desenvolver na futura profissional capacidades de expressão e de julgamento e habilidades de direção e de execução. Suas principais atribuições eram as de manter a disciplina e promover atividades sociais. Tinha como órgão executivo uma diretoria, que também integrava o órgão deliberativo, ou seja, o Conselho das Alunas (CA). A autonomia desta Associação era relativa, pois cabia à diretora da Escola, a qual era a presidente honorária da Associação, aprovar a lista de nomes das candidatas a membros da diretoria e do CA[8], indicados pelo Conselho. Além disso, a diretora da Escola também podia convocar reuniões.

Após a diplomação da turma pioneira da Escola Anna Nery (EAN), em 1925, a idéia da criação de uma associação de ex-alunas[9] era conveniente tanto à Escola, que manteria um certo controle sobre o conjunto das enfermeiras por ela diplomadas, como às ex-alunas que, ao seu diploma agregariam o capital cultural referente às credenciais de membro de uma associação profissional ligada a uma instituição de prestígio como a EAN. Tal apoio seria tanto mais necessário a uma jovem mulher, solteira e ingressando no mundo masculino do trabalho.

Como a criação de uma associação de ex-alunas afetaria diretamente as enfermeiras brasileiras diplomadas no exterior: Edith de Magalhães Fraenkel (EMF), na Filadelfia e Rachel Haddock Lobo, em Paris e nos EUA, a idéia evoluiu para a criação de uma associação de enfermeiras diplomadas brasileiras.

Na verdade, como era pequeno o número de diplomadas pela EAN existente em 1926, e menor ainda o número das que permaneceram no país após a formatura (oito da 1ª turma e quinze da 2ª turma)[10] e por sua pouca experiência fora dos muros da Escola, não haveria condições de excluir da associação aquelas duas enfermeiras brasileiras diplomadas em outros países.

O HABITUS PROFISSIONAL E O ESPÍRITO ASSOCIATIVO

A data de 12/8/1926, quando ocorreu a primeira reunião da Aned, foi consagrada pela tradição como o dia da fundação da atual Associação Brasileira de Enfermagem (Aben). O fato de que a presidente da diretoria provisória da Aned fora presidente da Associação de Alunas da EAN, confirma a continuidade entre as duas associações *(Carvalho, 1976, p.22)*. Deste modo, fica estabelecido que a Agia se constituiu no locus de gestação da Aned.

Em 1927, foi eleita a 1ª diretoria da Aned, tendo como presidente EMF. No período entre 1927 e 1929 as condições não foram propícias ao funcionamento da Associação: havia divergências sobre a legitimidade da liderança das enfermeiras americanas e também das duas brasileiras (Edith Fraenkel e Rachel H. Lobo), oriundas de famílias ilustres, detentoras de grande capital cultural e ambas discípulas de Lilian Clayton, que não haviam formado seu habitus profissional na EAN, mas haviam sido destinadas por Parsons, para ocupar os postos de superintendente do Serviço de Enfermeiras do DNSP e a direção da EAN, respectivamente. Por isto, as enfermeiras diplomadas da EAN poderiam sentir-se preteridas em suas aspirações de participar da liderança da enfermagem brasileira. Além disso, a disparidade da remuneração recebida por americanas e brasileiras era motivo de tão grande revolta das enfermeiras de saúde pública federais, a ponto de fazerem publicar seus protestos em jornal de grande circulação[11].

Ao buscar o status de personalidade jurídica, mediante o registro em cartório do Estatuto da Associação[12], pelo interesse de se fazer representar oficialmente no Congresso Quadrienal do Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN), a ser realizado no mesmo ano de 1929, a presidente EMF se viu na contingência de alterar sua denominação, de modo a qualificá-la como associação-membro do ICN *(Carvalho, 1976, p.24)*. De fato, nesse congresso, realizado em Montreal, foi aprovada a afiliação da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (Anedb) ao ICN, com mais quatro outras associações nacionais *(Pullen, 1938, p. 12)*. Neste mesmo evento, participou com destaque Lilian Clayton, então presidente da Associação de Enfermeiras Americanas (ANA) que convidou EMF, para uma reunião de redatoras das revistas das associações-membros do ICN *(Carvalho, 1976, p. 330-31)*.

Dois anos depois do Congresso do ICN, em 1931, instituiu-se o "Padrão Anna Nery"[13], para o ensino da enfermagem e a Missão Parsons encerrou suas atividades. Em que pese a hesitação de algumas enfermeiras diplomadas pela EAN em incluir em sua Associação enfermeiras brasileiras diplomadas no exterior, bem como o ressentimento de algumas pela distinção a elas feita pelas dirigentes da Missão, e em especial por EP, entre as diplomadas na EAN, o que parece é que, em seus primórdios, a Associação ganhou impulso sob sua liderança: EMF consolidou a existência da Associação ao conferir-lhe personalidade jurídica e Rachel Haddock Lobo, diretora da EAN à época, tomou a frente da criação da revista Anais de Enfermagem, cujo primeiro número saiu em 1932 e que foi por ela dirigida até sua morte, em 1933.

O NOVO JOGO DE FORÇAS: A ASSOCIAÇÃO DEIXA A CASA MATERNA

O projeto da Missão Parsons de laicização e profissionalização da enfermagem brasileira não atendia aos interesses da Igreja católica que, desde os tempos coloniais detinha uma posição dominante no campo da enfermagem hospitalar. Com a instituição do Padrão Anna Nery, a Igreja adotou dois cursos de ação: desde logo, buscar amparo legal para as religiosas que trabalhavam nos hospitais das irmandades; e, ao mesmo tempo, preparar-se para os novos tempos, encaminhando religiosas para obter o diploma de enfermeira.

Nestes esforços foi fundamental a aliança da Igreja com Laís Netto dos Reis (LNR), da turma pioneira da EAN, que organizou e dirigiu a primeira EE a ser equiparada à EAN e a

primeira a formar religiosas. e depois, quando diretora da EAN, acolheu de modo especial as religiosas na residência da Escola, A implantação dessa primeira escola governamental de orientação católica, em Belo Horizonte[14], teve um papel fundamental na defesa do espaço ocupado pela Igreja nos serviços de saúde, pois veio possibilitar às ordens religiosas a criação de suas próprias escolas de enfermagem, dirigidas por religiosas enfermeiras e com participação significativa das religiosas em seu corpo docente *(Baptista; Barreira 1997, p. 11)*.

E, mais ainda, quando apesar de que Zaira Cintra Vidal (ZCV), assistente da diretora Bertha Lucille Pullen, tivesse seu nome cogitado para assumir o cargo, parecendo contar com o apoio de colegas e alunas, a indicação oficial recaiu sobre LNR (*Coelho*, 1997, p.81). Bertha Pullen interpretou[15] a preterição de ZCV em função de critérios de "senioridade"[16], vigentes na sociedade brasileira. Apesar de que ZCV pudesse ser descrita como uma "filha de família modesta" e LNR como "pertencente a tradicional família fluminense" *(Coelho, 1997, p.79, 51)*, seria pouco provável que Pullen julgasse que o nome de LNR pudesse ser uma escolha acertada, posto que com ela tivera mais de uma desavença[17].

Ao contrário, essa nomeação indica a força de uma aliança com a Igreja católica, que servia como uma das bases de sustentação do governo Vargas, sob a alegação de que as reformas por ele empreendidas eram inspiradas na doutrina social da Igreja *(Gadotti, 1992, p.114)*. A longa gestão de LNR na EAN assinala o fortalecimento do grupo de EE de orientação católica. Já como diretora da escola padrão oficial, LNR contribuiu de vários modos para aumentar o número de enfermeiras diplomadas religiosas no país: além do acordo com a Superiora das Irmãs da Caridade para a criação de uma "seção de religiosas" na EAN[18]; empenhou-se na revalidação de diplomas de religiosas francesas[19], apoiou a criação, entre outras, de uma escola católica em São Paulo e outra no Rio de Janeiro e envidou esforços para seu reconhecimento *(Baptista; Barreira, 1997, p.13)*.

Após uma gestão de onze anos na presidência da Anedb (1927-1938), EMF passou o cargo, em novembro de 1938, para uma colega com menor projeção no campo, Hilda Anna Krisch[20]. Até então, o funcionamento da Associação assentara-se na infra-estrutura que lhe era oferecida pela EAN e pelos órgãos sanitários federais, o que incluía não somente a cessão de espaço físico, mas também o trabalho das secretárias desses órgãos.

E as enfermeiras diplomadas, até mesmo se confundiam ao se referir à Associação e à Escola, representando-as como partes indissociáveis, evidenciando que a identidade da Associação era ainda pouco nítida. Mas, no início da década de 40, a Associação deixou a casa materna, mesmo tendo que ficar sem endereço fixo[21]. E, nesta época, a Associação sofreu uma mudança radical de rumos.

A GUERRA E A NOVA ORDEM NO CAMPO DA ENFERMAGEM

A figura do inimigo que ameaça a pátria, ocupa lugar central nas diferentes estratégias discursivas. Mas, dependendo do grupo que enuncia o discurso, esse inimigo pode ser figurado como o fascismo, o comunismo ou o imperialismo. No entanto, enquanto os integralistas quase sempre contavam com a conivência das autoridades, o comunismo era apontado, por vários setores dominantes da sociedade, como a principal expressão da crise e da desordem. E ambos atacavam o imperialismo americano, que impediria a busca de soluções nacionais para os problemas econômicos e sociais do país. O projeto dos católicos para a solução dos problemas sociais era centrado no princípio de colaboração entre as classes e da humanização do capitalismo, nos moldes de Leão XIII. A igreja se colocava como mediadora entre operários e patrões. E é como benfeitora dos pobres que disputava com os comunistas a ocupação de um espaço junto ao operariado *(Dutra, 1997, p.151 e segs.)*.

No início dos anos 40, após intensas negociações, caracterizadas pela ambigüidade, o discurso de Vargas aproximou-se do pan-americanismo. A partir de 1943, com a entrada do

Brasil na guerra, ao lado dos aliados, observou-se a polarização democracia x totalitarismo. No entanto, as peculiaridades da sociedade brasileira permitiram que todas as forças antifascistas, de governo ou de oposição, liberais ou comunistas, se reunissem num mesmo bloco político, ressalvadas suas diferenças ideológicas (*Cavalcante*, 1986, p. 124-125).

No Rio de Janeiro, capital federal, era onde se davam as lutas simbólicas por posições estratégicas dos vários grupos concorrentes. Apesar de EMF, presidente da Associação desde setembro de 1941, estar radicada na cidade de São Paulo, como futura diretora[22] da EE da USP, a Associação permaneceu no Rio de Janeiro, por força de disposição estatutária.

O Instituto de Assuntos Inter-Americanos (Iaia), órgão de execução da política externa americana para a América Latina, garantiu a assessoria permanente de uma equipe americana multiprofissional, junto ao superintendente do Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp), pela criação de uma Missão Técnica da *International Cooperation Administration* (*Alvim*, 1959, p.144-145). Neste sentido, em novembro de 1942, o Iaia enviou para o Rio de Janeiro a enfermeira CLK (1ª diretora da EAN: 1923-1925), com uma dupla missão: a de participar da implantação do Sesp[23] na Amazônia e no Vale do Rio Doce, para viabilizar a extração de materiais estratégicos à indústria bélica; e a de desenvolver atividades de cooperação técnica e financeira com escolas e serviços de enfermagem, de modo a reassumir a liderança do campo e contribuir para legitimar a presença estrangeira no interior do aparelho de Estado. E, em janeiro seguinte Carrie Hansen Reno foi contratada para assistir CLK *(Bastos, 1993, p.453)*. Tais providências, comentadas pela presidente da Anedb, provocaram comentários desfavoráveis de membros da diretoria, como Marina Bandeira de Oliveira, que lastimou que o Brasil ainda não dispusesse de enfermeiras consideradas pelas autoridades como capazes de prestar assessoria ao Ministério de Educação e Saúde (MES)[24].

Após vinte anos de ausência, CLK encontrou um panorama radicalmente diferente daqueles primeiros tempos da Missão Parsons. Os enfermeiros práticos, que se havia pensado deveriam ser progressivamente substituídos pelas enfermeiras diplomadas, haviam tratado de organizar-se sob a forma de sindicato controlado pelo Estado, o Sindicato dos Enfermeiros Terrestres (1933), incorporando-se à base popular do governo Vargas, para assim fazer frente às enfermeiras diplomadas.

Além do mais, a EAN, por ela organizada e que, devido à força política da Missão Parsons/ Fundação Rockfeller fora instituída como escola-padrão e instalada na Universidade do Brasil durante a gestão de Bertha Pullen, estando destinada a ser um núcleo de difusão dos ideais americanos, mudara radicalmente sua posição no jogo político, aliando-se à Igreja e ao próprio governo Vargas, no início do Estado Novo[25]. Aliás, meses antes de sua chegada havia ocorrido, em março de 1942, o reconhecimento/equiparação simultâneo das primeiras três escolas criadas após a EAN, todas três escolas católicas *(Baptista; Barreira, 1997, p.12-13)*.

Em várias oportunidades CLK manifestou o ponto de vista de que estariam sendo reconhecidas EE cujo padrão, não corresponderia ao Padrão Anna Nery: em seu discurso na reunião de chefes de 30/6/42 ela declarou que "(...) alguma coisa aconteceu que a enfermagem perdeu algum de seu prestígio"[26]; na reunião de chefes, de 15/2/43, falou sobre comentários "que vêm em desprestígio para as escolas de enfermagem", salientando que todas as medidas a serem tomadas deveriam agora "cogitar de todas as futuras escolas"[27].

Estando no Brasil, CLK recebeu ordens para representar a ANA no 1º Congresso Pan-Americano de Enfermagem, realizado em Santiago do Chile, em 1942, quando se discutiria a criação de uma Federação Pan-Americana de Enfermagem, estratégica para o fortalecimento da enfermagem americana no plano internacional. Apesar de seu insucesso em intervir nos assuntos da EAN[28], antes de regressar aos EUA, CLK foi saudada, durante a 3ª Semana da Enfermeira, pelo dr. Eurico Villela, em termos laudatórios: "(...) esta filha das Américas que, sendo do norte, parece do sul (...) uma filha da pátria, não uma estranha, uma Americana Brasileira (...). Querida mestra, o coração agradecido da família da EAN (...) quer, honrando

vossa terra e vossa gente, terminar entoando o hino de vossa pátria"[29]. Tal discurso reflete a polarização dos sentimentos e opiniões dos brasileiros, em relação à grande potência do norte pois, em contrapartida, era forte a tensão existente na comunidade católica, face à presença maciça dos americanos no Brasil e sua penetração em espaços nos quais a Igreja vinha mantendo sua hegemonia há séculos.

Neste sentido, é reveladora a carta que o padre Álvaro Negromonte dirigiu à CLK, ao saber de sua próxima partida para os EUA. Ao tempo em que o então capelão da EE Carlos Chagas exalta seu comportamento de respeito e acatamento às práticas religiosas católicas, faz declarações contundentes como: "Ninguém ignora que um dos maiores óbices à aceitação dos norte-americanos entre nós, é a infiltração protestante. Os pastores e missionários protestantes que vêm dos EUA dificultam enormemente o entendimento dos dois povos. A nossa gente identifica: norte-americano e protestante (...) exigimos que respeitem a religião católica, que é a religião de 95% do povo brasileiro (...) mas temo bastante que nem todos procedam desta forma"[30]. Deste modo, os obstáculos à cooperação Brasil-Estados Unidos eram não somente de fundo político mas também doutrinário.

Outra frente de penetração americana foi aberta por Clara Curtis, enfermeira de saúde pública, ex-integrante da Missão Parsons, agora convidada a repetir o trabalho realizado por EP, ou seja, reorganizar os serviços de saúde e uma escola de enfermagem no Rio de Janeiro, mas agora no âmbito da Prefeitura do Distrito Federal (PDF). Entrementes, o serviço de enfermeiras de saúde pública implantado por EP, na década de 20, e desde sua partida sob a superintendência de EMF, havia sido desmontado. Primeiro porque as enfermeiras federais, que tinham como campo de atuação a cidade do Rio de Janeiro, a partir de 1933, passaram a atuar em todo o território nacional, esvaziando o serviço do DF e começando a treinar visitadoras sanitárias para as secretarias estaduais de saúde, diretriz esta totalmente contrária à filosofia de trabalho da Missão Parsons. E depois porque, nos anos 30, as enfermeiras de saúde pública haviam sido distribuídas entre os novos centros de saúde e o serviço de enfermagem federal fora desmembrado, ficando afeto ao MES apenas a parte normativa, sendo a parte executiva transferida à PDF, junto com a rede de centros de saúde e os hospitais federais *(Barreira, 1999, p.135-136)*.

Clara Curtis teria como ponto de apoio nessa missão ZCV, ex-aluna de CLK e que logo foi por ela selecionada para uma bolsa de estudos nos EUA[31]. Antes dessa viagem, as duas trabalharam durante dois meses em um curso de emergência de guerra[32] no programa de saúde e saneamento do Vale do Rio Doce (ES). Eleita presidente da Anedb, por um período de dois anos, a começar em setembro de 1943, ZCV licenciou-se em novembro seguinte, até março de 1944, quando reassumiu a presidência. Foi então designada para, juntamente com Clara Curtis, Aime Shaw Wells e Mirabel Smith Ferreira Jorge[33] integrar a comissão[34] encarregada de elaborar o regimento interno e o programa de estudo da Escola de Enfermeiras da PDF[35], da qual seria a futura diretora.

E ainda outra escola seria criada em Niterói, capital do estado do Rio, exatamente no dia do aniversário natalício de Getúlio Vargas (19 de abril de 1944), patrocinada por d. Darcy Vargas, 1ª dama do país e presidente da LBA[36]. A base de sustentação da Escola do Estado do Rio foi o governo do estado e a LBA, que manejava vultosas verbas, e também o Sesp, financiado pelo governo americano[37] *(Fernandes, 1964, p.9-13)*.

Antes disso, LNR, como diretora da Escola Padrão e, portanto, presidente do Conselho de Enfermagem do MES[38], convocou as diretoras de EE para a primeira de uma série de conferências para o estudo dos problemas nacionais de enfermagem, e que se caracterizaram pelo confronto de idéias entre o grupo de EE que adotavam as diretrizes da Igreja de cunho nacionalista e cristão e o grupo favorável a uma estreita cooperação Brasil-EUA. A conferência inicial foi realizada de 20 a 27 de novembro de 1943, no Pavilhão de Aulas da EAN. Além das representantes das oito EE existentes, também compareceram chefes de órgãos centrais de enfermagem do DNS/MES e da PDF, bem como professoras e chefes de serviços. No entanto,

nenhuma enfermeira estrangeira participou. O vasto programa deveria ser apresentado por dezesseis expositoras, das quais pelo menos catorze se caracterizavam por sua orientação católica. LNR estabeleceu como diretriz central para a discussão *as necessidades nacionais* de enfermagem e como conceito para nortear os trabalhos, o de que: **Enfermagem é a função de assistir ao doente, defender a saúde e a vida**. Declarou ela também ser finalidade do Congresso apoiar o renascimento da Associação Católica de Enfermeiras, criada em 1929[39].

Durante o desenvolvimento dos trabalhos, madre Domineuc[40] defendeu uma concepção de escola de enfermagem no interior da qual se formaria um habitus profissional de enfermeira "com jeito de freira" *(Grossi, 1989)*. O programa mínimo para as EE, apresentado por madre Domineuc, foi rejeitado por EMF, que opinou exigir o assunto discussão ponto por ponto e, referindo-se às EE norte-americanas, foi de parecer de que não se deveria desprezar 80 anos de experiência de um país com 240 mil enfermeiras[41].

Menos de três meses depois, uma segunda conferência foi realizada, de 11 a 18 de fevereiro de 1944[42], com a participação das diretoras de EE e outras representantes, mas agora com a presença das enfermeiras do Iaia/Sesp, Gertrude Hodgman[43] (que em outubro substituíra CLK) e Clara Curtis. Os pontos centrais de discussão foram os cursos de auxiliares de enfermagem e o currículo mínimo do curso de formação de enfermeiras.

Ainda no mesmo ano foi realizada, de 25 a 30 de setembro, uma terceira conferência, cujo principal assunto foi ainda o treinamento de auxiliares de enfermagem. Participaram desta conferência as enfermeiras do Iaia, Clara Curtis e Ella Hasenjaeger (EH), esta última por sugestão de EMF. A 4ª conferência realizou-se de 5 a 10 de fevereiro de 1945, cujos debates foram norteados pelos problemas relacionados à regulamentação da profissão. Participaram desta conferência as enfermeiras do Iaia, Gertrude Hodgman e Clara Curtis.

Também em 1944, ano da reforma estatutária que alterou a denominação da entidade para ABED [44], quando a Associação contava com apenas 60 sócias quites, um grupo de enfermeiras lideradas pela EE da USP começou a mobilizar-se para a criação de uma associação estadual autônoma. E de fato, no ano seguinte, 1945, foi criada a Abed de São Paulo, presidida por EMF, que continuava a contar com a assistência de EH[45].

De outra forma, as diplomadas da turma pioneira da EE do Hospital São Paulo, lideradas por madre Domineuc[46], fundadora da escola e membro atuante da Associação, e sob a proteção do cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, d.Jayme de Barros Câmara, mobilizaram-se para a criação, em 1944, da União das Religiosas Enfermeiras do Brasil (Ureb), com sede na capital federal. A nova entidade logo tratou de fortalecer-se mediante sua afiliação, no mesmo ano, ao Comitê Internacional Católico de Enfermeiras e Assistentes Médico-Sociais (Ciciams)[47] e, ainda em 1944 promoveu o 1º Congresso Nacional de Enfermeiras Religiosas, em São Paulo, presidido pelo cardeal arcebispo desta cidade[48] *(Carvalho, 1976, p.417)*.

Deste modo, o impacto da guerra para enfermagem brasileira parece ter sido maior no front interno do que o decorrente de sua participação junto às forças armadas na Itália, que foi bastante discreta, tanto na Força Expedicionária Brasileira (FEB) como na Força Aérea Brasileira (FAB) *(Barreira, 2001, p.18-19)*.

Ao término da guerra, e ao término do Estado Novo, o bloco católico era formado por sete escolas de irmandades e apoiado pela diretora da EAN: a Luiza de Marillac e a do Hospital São Paulo, fundadas na década de 30; a do Hospital São Vicente de Paulo, em Goiânia, a de São Vicente de Paulo de Fortaleza, a Hugo Werneck, de Belo Horizonte, a N.S. das Graças, no Recife e a São Francisco de Assis, de São Luís do Maranhão, criadas nos anos 40. Apoiadas pelo Iaia/Sesp eram a EE da USP, a da PDF e a do Estado do Rio de Janeiro, em fase de planejamento. A EE do Pará, foi criada sob os auspícios do governo estadual, no contexto do programa de extração da borracha e apoiada pela OPAS. E havia duas escolas evangélicas, ambas criadas na década de 30 no estado de Goiás[49] *(Baptista; Barreira, 1997, p.13)*.

O EIXO RIO-SÃO PAULO NO COMPASSO DA GUERRA FRIA

Na conjuntura do pós-guerra, a partir da derrota do nazifacismo, a nova polarização EUA x URSS alterou o quadro nacional: os liberais reivindicaram para si o papel de defensores da democracia, acusando os comunistas de agitadores; estes, por sua vez, passaram a denunciar o imperialismo americano (*Cavalcante*, 1986, p. 124-125).

Madre Domineuc, atenta à **"separação em grupos, que se prenunciava"**, além de promover uma aproximação entre a UREB e a ABED, achando que **"somente um congresso de âmbito nacional poderia unir as enfermeiras"**, empenhou-se no sentido de que a EE do Hospital São Paulo apresentasse à ABED a proposta da promoção de um congresso nacional, a ser realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 1945, o que de fato não ocorreu. Enquanto isto, em junho de 1946, a Ureb transferiu sua sede para São Paulo, onde realizou, já no mês seguinte, o II Congresso Nacional de Enfermeiras Religiosas, no qual foi deliberado que estas deveriam aderir à Abed e colaborar com as enfermeiras seculares. Em contrapartida, à UREB deveria caber uma representação oficial na ABED *(Carvalho, 1976, p. 417- 418)*.

Em compensação, de 16 a 21 de julho, no internato da EAN ocorreu a 5ª conferência de diretoras de EE. A participação de Clara Curtis e EH, do Iaia/Sesp e de duas enfermeiras-oficiais da marinha americana, reforçaram as posições pró-americanas, bem como a presença das irmãs Olive e Digna, da Universidade Católica de Washington/D.C., fortaleceram o bloco católico. Nesta conferência foram discutidos temas como: a identidade da enfermeira face à outras profissões femininas, a participação das alunas de enfermagem na UNE e a sobrevivência da revista Anais de Enfermagem. Também foram retomados os debates da 4ª conferência sobre currículo mínimo, os quais ensejaram um confronto entre as posições defendidas por madre Domineuc e EMF. Durante a Semana da Enfermagem de 1946, realizou-se a 6ª conferência, que embora um tanto esvaziada, discutiu assuntos relacionados à seleção e ingresso nas EE e detalhes da distribuição da carga honorária do currículo mínimo.

Em outubro de 1946, EMF, presidente da seção S. Paulo, enviou à presidente da Abed, ZCV, um convite para um congresso de enfermagem, a ser realizado no ano seguinte, na EE da USP, estando o programa científico a cargo das divisões de educação e de saúde pública da Abed. No entanto, em dezembro de 1946, LNR, em reunião da divisão de educação, protestou contra a exclusão da EAN dos preparativos do congresso. De outro modo, quando se realizou em São Paulo, em março de 1947, o 1º Congresso Nacional de Enfermagem, promovido pela ABED - seção SP e pela EE da USP, sob a presidência de Mirabel Smith Ferreira Jorge[50], o conclave, que contou com a participação de 112 congressistas[51], teve como representantes da UREB, madre Domineuc (EE do Hospital São Paulo) e Ir Mathilde Nina (EE Luiza de Marillac-Rio) (*Carvalho*, 1976, p.371-372 , p.172 Nota nº 11, p.409, 417-418).

No campo da enfermagem, o bloco aliado à política norte-americana tinha como vetores principais o Sesp, onde Clara Curtis dirigiu o serviço de enfermagem durante seis anos, com sede no Rio de Janeiro, cuja atuação no MES continuou a ser assegurada, e também a EE da USP, na cidade de São Paulo. Esta Escola tinha em sua diretora uma defensora da colaboração Brasil-EUA. Sua posição foi por ela mesma explicitada em 1946, no editorial da revista Anais de Enfermagem **"A nacionalidade da enfermagem"**, em que defendia os princípios universais da profissão.

A reforma do Estatuto da Associação realizou-se em 1946[52], na segunda gestão de ZCV. O anteprojeto foi elaborado por EMF e EH. A estrutura e o funcionamento da Abed sofreram alterações substanciais. A diretoria passou a incluir as divisões de educação e de saúde pública, as presidentes estaduais, a redatora da Reben e quatro membros eleitos pelas associadas. Outros órgãos da Associação eram: o conselho fiscal e o deliberativo, núcleos ou seções estaduais e a Assembléia Geral. E a promoção de eventos foi incluída entre seus objetivos (*Carvalho*, 1976, p. 34-35).

Criaram-se o núcleo do Distrito Federal (Rio de Janeiro), sob a presidência de Rosaly Taborda, diplomada pela EAN e a seção Amazônia (abrangendo os estados do AM, PA, MA e territórios federais), com sede em Belém do Pará, cuja presidente e vice eram Tessie F. Williams e Carrie Hanson Reno Teixeira do Iaia/Sesp. A Comissão de Intercâmbio Cultural e Profissional, teve como presidente Clara Curtis, também do Iaia/Sesp[53].

A ABED de São Paulo mudou sua denominação para Abed–seção SP, viabilizando a mudança da revista Anais de Enfermagem, órgão oficial da Abed, para aquela capital, tendo como sede a EE da USP *(Carvalho, 1976, p.371)* e EMF como redatora-chefe da revista, indicada pela presidente ZCV.

As comissões preparatórias[54] do congresso foram integradas por enfermeiras de várias instituições de S.Paulo, sendo EH a presidente da Comissão de Programa. O temário abrangeu tópicos como a formação da enfermeira-chefe, a colaboração das enfermeiras americanas, e o trabalho de saúde pública realizado pelas tropas americanas no norte do Brasil. Na ocasião foi deliberado que a ABED deveria concorrer ao pleito para sediar o Congresso Quadrienal do ICN, a ser realizado em 1951 *(Neiros, 1982, p.11-14)*.

No entanto, os antagonismos persistiam. Waleska Paixão (WP), diretora da EE Carlos Chagas e presidente da ABED, seção Minas Gerais, enviou à Clara Curtis uma carta queixando-se do comportamento de EH durante o 1º Congresso Nacional de Enfermagem. Seu protesto foi veemente: **"Não podemos admitir que brasileiras sejam desacatadas dentro de seu próprio país, por uma estrangeira que, contrariando toda a política de boa vizinhança, os princípios democráticos e a praxe adotada por suas companheiras, nos quer impor seus caprichos, com evidente violação da cortesia"**[55]. Mas, a veemência de WP não surtiu efeito. Ao contrário, as enfermeiras do Iaia/Sesp, entre elas EH, foram consideradas sócias honorárias da Abed, em uma evidente demonstração de prestígio do grupo e de modo particular daquela assessora, cujo comportamento inconveniente não abalou seu conceito nem na EE da USP, nem na ABED, instituições essas nas quais ela continuou a desempenhar seus altos cargos.

O primeiro congresso promovido pelo ICN após a guerra ocorreu nos EUA, em maio de 1947[56] em Atlantic City, New Jersey. A delegação brasileira ao Congresso foi composta por 22 enfermeiras. EMF e EH foram distingüidas com indicações para participar dos trabalhos do Grande Conselho e em comissões do ICN. Neste congresso, Ruth Kuehn, vice-presidente da ANA retomou a discussão sobre a criação de uma Federação Inter-Americana de Enfermagem[57], com a finalidade de promover o ingresso de associações nacionais latino-americanas no ICN.

Na conferência de Estolcolmo, de 1949[58], estando a Abed novamente representada por EMF (presidente) e EH (secretária executiva), ambas indicadas para "levar avante o projeto da Federação Inter-Americana de Enfermagem", a proposta do Brasil de sediar o próximo Congresso do ICN foi finalmente aceita. Nesta Conferência, por proposta da delegação brasileira, foi aprovada a emenda (escrita por EMF) ao artigo 6º da Declaração Universal dos Direitos Humanos[59] a qual, além de retirar das pessoas o direito de decidir sobre sua própria situação, ia de encontro aos preceitos da igreja católica, principalmente no que se refere à questão da natalidade. Esta decisão do ICN gerou grande polêmica entre as associadas da ABED, lideradas pelo bloco de orientação católica[60]. A criação de uma comissão, presidida por WP, para elaborar nova emenda, a ser encaminhada à ONU, não teve maiores conseqüências (*Carvalho*, 1976, p.286-287, 409-410, 426-427).

As EE continuavam a se configurar, cada vez mais, como espaços estratégicos na ocupação do campo da educação e da enfermagem. Organizações internacionais, de várias naturezas, se interessam em apoiar a criação ou o desenvolvimento de EE e as escolas públicas começavam a buscar seu espaço nas universidades.

No imediato pós-guerra e até o final da década de 40, foram criadas seis novas escolas de Enfermagem, sendo quatro financiadas pelo Iaia/Sesp e organizadas com a ajuda de

professoras de enfermagem da USP: a EE de Manaus, de administração direta do Sesp; a EE da Universidade da Bahia, cuja criação está intimamente relacionada à abertura do Hospital das Clínicas; a EE do Recife; e a EE de Porto Alegre, em dezembro de 1950 (Bastos, 1996, p. 457-459). Também aumentou o contingente das EE católicas com a EE Frei Eugênio, de Uberaba (1948); a EE madre Maria Teodora, em Campinas (1949); e a EE Coração de Maria, de Sorocaba (1950).

Estes grupos de enfermeiras, as católicas e as americanistas, que se confrontavam permanentemente, tinham um traço comum, o anticomunismo. Não obstante, nas EE havia quem não se alinhasse nesses blocos. Na EAN, por exemplo, houve casos de suspensões de alunas envolvidas no movimento estudantil (UNE), que motivaram protestos nos jornais e o assunto foi ao DCE e ao Conselho da Universidade do Brasil[61]. No entanto, na ABED estes grupos não detinham posições que lhes desse visibilidade e portanto suas vozes não chegavam a se fazer ouvir.

Terminado o mandato de ZCV em 1947, assumiu interinamente a presidência da Associação Marina Bandeira de Oliveira, até a eleição de 1948. Nesta curta gestão realizou-se o 2º Congresso Nacional de Enfermagem, no auditório do MES no Rio de Janeiro, em julho de 1948, com o lema: **"Aumentar o número de enfermeiras é contribuir para a saúde mundial"**; EH acumulou as funções de presidente da comissão executiva e de coordenadora do programa científico. No temário destacam-se assuntos como o cuidado integral e cursos de pós-graduação. Entre as participantes estrangeiras compareceram quatro enfermeiras do Iaia, entre elas, Johanna Schwarte[62] e incluindo a mesma vice-presidente da ANA, Ruth Kuehn, encarregada do assunto da Federação Inter-Americana de Enfermagem.

O número de recomendações do Congresso, endereçadas ao governo federal evidencia a conjuntura política e o incipiente desenvolvimento da profissão: que o reconhecimento das EE passasse a ser atribuição do Conselho Nacional de Educação/MES e não da EAN; que o MES ampliasse a capacidade das EE e seu poder de atrair candidatas, para o que a manutenção do internato era decisiva; que o governo apoiasse a criação de um Conselho Superior de Enfermagem. No plano internacional, no qual os diversos grupos de interesse tinham que se organizar juridicamente e tentar obter o maior número possível de adesões das enfermeiras existentes, a Abed decidiu apoiar integralmente a Federação Inter-Americana de Enfermagem, auxiliando assim, o desenvolvimento dos países latino-americanos e preparando-os para ingressar no ICN *(Neiros, 1982, p.15-17)*. Tal resolução era de grande interesse da ANA pois, ao aumentar o número de associações membros afiliadas ao ICN que acatasse sua liderança, estaria fortalecendo sua base de sustentação neste Conselho.

Como expressão do fracionamento da comunidade nacional de enfermeiras, durante o 2º Congresso foi eleita a primeira diretoria da União Católica das Enfermeiras do Brasil (Uceb), fundada meses antes pela Ureb e afiliada à União Mundial das Enfermeiras Católicas. LNR foi aclamada presidente de honra e Celina Viegas[63] presidente da UCEB *(Carvalho, 1976, p.419)*. Ao final do 2º Congresso, em julho de 1948, EMF inicia seu terceiro mandato na Associação, ainda como diretora da EE da USP e continuando a ter EH como secretária executiva.

Como reflexo da expansão das EE, surgiram órgãos locais da ABED: a seção da BA foi fundada em 1948, pelas professoras da EE da Universidade da Bahia, tendo como primeira presidente Olga Verderese, ex-aluna e professora da USP; a seção MG foi fundada em fevereiro de 1948, tendo como primeira presidente WP, diretora da EE Carlos Chagas; e a seção Goiás foi criada durante a semana da enfermagem de 1948, sob a inspiração da irmã Mônica de Lima, diretora da EE S. Vicente de Paulo, sua primeira presidente.

A política exterior dos EUA, no que se refere ao plano internacional de cooperação técnica, a partir de 1949 se explicitou mediante um programa de quatro pontos, referentes ao apoio à Organização das Nações Unidas (ONU), à recuperação da Europa devastada pela guerra, aos acordos comerciais e, por último, o Ponto IV: assistência aos países sub-desenvolvidos *(Braga,*

1951, p.113). No 3º Congresso Nacional de Enfermagem, o superintendente do Sesp, Ernani Braga, apresentou a justificativa ideológica do programa, esclarecendo que o mesmo não representava "uma tentativa para impor os métodos e o capital norte-americano a outros povos". Ao contrário, seu objetivo seria o de "auxiliar os povos de regiões atrasadas a desenvolver seus recursos naturais, a aumentar sua capacidade de produção e a melhorar seu padrão de vida". Os fatores restritivos ao desenvolvimento do programa eram: o nacionalismo extremado, a atitude de antagonismo para com os técnicos estrangeiros ou contra a inversão de capitais estrangeiros, a falta de técnicos brasileiros habilitados e a falta de mentalidade capitalista, que faria com que os donos do dinheiro não o empregassem para fins produtivos e, sim, na especulação imobiliária ou financeira ou ainda enviando-o para fora do país *(Braga, 1951, p.115-119)*. Não obstante, no Brasil, o Ponto IV foi alvo de severas críticas de intelectuais e políticos nacionalistas, apontado como instrumento de controle político e ideológico dos EUA sobre o Brasil[64]. Contudo, a Abed colaborou com este organismo, por intermédio de várias EE, inclusive a da USP, que ofereceu quatro cursos que prepararam 34 enfermeiras sul-americanas, sendo dezoito brasileiras *(Carvalho, 1976, p.51)*.

O fato é que, ao final do governo Dutra, foi aprovada a lei do ensino de enfermagem (Lei nº 775/49). O ante-projeto (nº 92-A/48) que deu origem a essa lei foi estudado pela Divisão de Educação da Abed[65], que o aceitou, exceto no assunto da criação de cursos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem em centros universitários e faculdades de medicina. Apesar de algumas diligências da ABED, o projeto original foi aprovado, o que não foi do agrado da maioria das EE inseridas em universidades *(Carvalho, 1976, p. 131, 173)*. Ao contrário, veio ao encontro dos anseios dessas escolas a cessação da exigência de equiparação das escolas ao *"modelo ana néri"*[66], passando a autorização e avaliação das novas escolas a ser atribuição do MES e o reconhecimento afeto à Presidência da República. No que se refere aos agentes concorrentes da enfermagem no campo da saúde, a Lei 775 determinou a conversão dos cursos de enfermagem obstétrica em cursos para formação de enfermeiras ou de auxiliares de enfermagem especializadas para a assistência obstétrica[67], o que não deixou de ser uma vitória das enfermeiras.

A exigência do curso secundário completo para o ingresso de alunas nos cursos de enfermagem, foi mitigada pelo prazo de carência de sete anos, o que agradou à maior parte das diretoras de escolas, receosas de uma diminuição da procura pelo curso *(Pinheiro, 1962, p.439)*. Assim, apesar de que os diplomas de enfermeira fossem registrados na Diretoria de Ensino Superior do MES, este estatuto era bastante questionável.

No mesmo ano, no mês de novembro, realizou-se o 3º Congresso Nacional de Enfermagem, no Rio de Janeiro, sob a presidência de EMF, tendo como secretária executiva EH. Nele foram discutidos os padrões mínimos para as EE à luz da Lei 775 e o plano Salte (saúde, alimentação, transporte e energia), do governo Dutra, apresentado pelo superintendente do Sesp. Neste Congresso foi prestada uma homenagem ao Sesp, nas pessoas do dr Marcolino Candau, superintendente geral, do dr. Eugene Campbell e da sra Clara Curtis, superintendente de enfermagem (*Neiros*, 1982, p.18).

O fluxo de criação de seções estaduais da Abed continuava: antes do evento havia sido criada a seção Pernambuco (6/8/49), tendo como primeira presidente a irmã Lídia de Paiva Luna, diretora da EE N.S. das Graças; durante o evento foi criada a seção estado do Rio, por iniciativa de Aurora de Affonso Costa, diretora da EE do Estado do Rio, ficando Marieta March como presidente em exercício. Em 1950, foram criadas as seguintes seções: do Rio Grande do Sul, ao contrário das demais, foi criada antes da fundação da EE de Porto Alegre (a qual só viria a ocorrer no ano seguinte); a seção Amazonas (desmembrada da antiga seção Amazônia, que passou a constituir a seção Pará), apoiada pela EE de Manaus, e que teve como primeira presidente Rosaly Taborda e uma diretoria de enfermeiras do Sesp *(Carvalho, 1976, p.102, 108)*.

Em julho de 1950 faleceu LNR, ainda como diretora da EAN, após uma gestão de onze anos e meio, sendo substituída por Waleska Paixão, sua assistente e discípula, desde os tempos da Escola Carlos Chagas e principalmente sua continuadora. Tanto que, a percepção da casa foi a de que "tudo se processou como LNR idealizara (...)"[68].

Em dezembro de 1950 realizou-se o 4º Congresso Brasileiro de Enfermagem, em Salvador, com o lema "Trabalhemos para fortalecer a Enfermagem nas Américas". Nos temas oficiais foram discutidos os desdobramentos da nova lei do ensino 775/49, o surgimento das especialidades, a organização da enfermagem no nível internacional e o programa de cooperação Brasil-EUA. A secretária executiva do ICN, Dayse C. Bridges e a 2ª vice, Catherine J. Densford, que haviam comparecido a uma reunião em São Paulo, com representantes de vários países latino-americanos, para discutir a criação de uma Federação Sul-Americana no ICN, também verificaram as condições locais para a realização do X Congresso do ICN, em 1953, conforme acertado. Na Assembléia Geral foi aprovado novo estatuto *(Neiros, 1982, p.21-24, Carvalho, 1976, p.373)*.

Ao final desse Congresso, EMF encerra seu terceiro e último mandato na presidência da Abed, somando um total de dezesseis anos de exercício do poder máximo na Associação, sendo então substituída por Waleska Paixão, que passa assim a deter um capital cultural acumulado de diretora da EAN e de presidente da Abed, coisa que LNR nunca pôde alcançar. E no ano seguinte, com a volta aos EUA de EH, desfaz-se a dupla que, durante os últimos sete anos havia ditado os rumos da EE da USP e da Abed.

No plano nacional, a nação escolhe Vargas para ser novamente presidente do Brasil, através de **eleições livres e honestas**. Assim, Getúlio volta ao poder **nos braços do povo**, para iniciar uma gestão fundamentalmente diferente daquela do Estado Novo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Associação do Governo das Alunas da EAN, sob a orientação da Missão Parsons, constituiu a matriz da Associação de Enfermeiras. Em seus primórdios, as referências oficiais da EAN foram as da enfermagem americana, tanto no que se refere ao ensino como à prática assistencial ou associativa, apesar da resistência ou mesmo oposição aberta de parte de alunas e diplomadas brasileiras. No entanto, a partir de 1938, no contexto da passagem da última diretora americana para a primeira diretora diplomada pela EAN, esta muda radicalmente sua posição, devido a uma forte aliança com a Igreja católica e com o governo.

As EE, com suas prerrogativas de legitimar o saber, de conferir capital cultural, de desenvolver o sentimento de pertença à instituição e de criar zonas de influência, se constituíram como elementos catalizadores da vida associativa. Em seu interior se delineava uma hierarquia baseada no local de aquisição do capital cultural de cada sub-grupo, conforme sua proximidade com o modelo norte-americano de enfermeira ou de enfermagem ideal.

Os grupos de enfermeiras brasileiras tomavam posição na pirâmide hierárquica do campo, de acordo com seu capital cultural incorporado, manifestado sob a forma de distinção ou carisma, seu capital objetivado em padrões de consumo de bens culturais e de acordo com seu capital cultural simbólico investido em diplomas e títulos obtidos em universidades dos EUA ou do Canadá, ou mesmo diplomas merecedores da chancela de padrão oficial.

Com a polarização das posições, decorrentes do estado de guerra e da atuação militar, política e econômica dos EUA no Brasil, a presença de enfermeiras americanas nos anos 40, como agentes do Iaia/Sesp, acirraram os antagonismos no campo da enfermagem, que se dividiu em grupos rivais: - EE de ordens religiosas ou de orientação católica, lideradas pela EAN da UB; e – EE e serviços federais de saúde que concentravam recursos e facilidades financiados pelas agências americanas, lideradas pela EE da USP, que se constituíram desde logo em um padrão concorrente ao padrão Anna Nery, com importantes repercussões para a Associação.

As lutas pela ocupação do campo entre esses grupos ou entre frações deles tiveram como elementos decisivos as diretrizes e o respaldo das associações internacionais de enfermagem (ICN e Ciciams).

As divergências político-doutrinárias existentes entre a presidente da Associação (e diretora da EE da USP) e a presidente do Conselho de Enfermagem do MES, membro da Divisão de Educação da Abed (e diretora da EAN), a primeira positivista, feminista e americanista e a segunda, católica fervorosa, defensora ativa das diretrizes da Igreja, e nacionalista declarada, colocaram-nas em posições antagônicas no campo da enfermagem. Não obstante, sua articulação como porta vozes de grupos rivais, em torno de objetivos profissionais comuns, permitiu avanços no processo de institucionalização da enfermagem e contribuiu para a redefinição da identidade profissional da enfermeira brasileira.

ABSTRACT: The present study is a socio-historical research. It discusses the association of trained nurses in Brazil, which was represented by opponent groups, and the struggle of these groups in introducing their positions and viewpoints in the professional organizations. The investigation focuses the period of time between the foundation of the Brazilian Association of Nursing (ABEn), in 1926, until the first half of the twentieth century. Despite the political and doctrinal levels, which guided nursing strategies to fortify their positions in this environment, the articulation of opponent groups in the achievement of common professional objectives promoted the regulation and redefinition of the nursing profession.

KEYWORDS: nursing history, nursing profession, Brazil.

RESUMEN: Se trata de una investigación histórico-social, donde se discute el proceso de organización de las enfermeras diplomadas brasileñas en grupos competidores y sus luchas por la imposición de ciertas visiones de mundo a las directrices de la vida asociativa. El estudio abarca el período desde la fundación de la actual Asociación Brasileña de Enfermería (Aben), en 1926, hasta la mitad del siglo. A pesar de las divergencias políticas y doctrinarias, que orientaban las estrategias de ocupación del campo de enfermería, la articulación de los grupos rivales con objetivos profesionales comunes permitió avances significativos en la institucionalización de la enfermería y contribuyó a la nueva definición de la identidad de la enfermera brasileña.

PALABRAS CLAVE: historia de la enfermería, profesión de enfermería, Brasil

BIBLIOGRAFIA

ALVIM, Emengarda de Faria. Quinze anos de Enfermagem no serviço Especial de Saúde Pública. *Rev. Bras. de Enfermagem*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 143-159, jun. 1959.

BAPTISTA, Suely de Souza; BARREIRA, Ieda de Alencar. *Condições de surgimento das escolas de enfermagem brasileiras (1890-1960)*. Rev. Alternativa de Enfermagem, Rio de Janeiro: JD Editores, v.1, n.2, p. 4-16, 1997.

BARREIRA, Ieda de Alencar. *Os primórdios da enfermagem moderna no Brasil*. Esc. Anna Nery R. de Enferm., Rio de Janeiro, v. 1, p.161-176, jul. 1997. Número especial.

BARREIRA, Ieda de Alencar. *Transformações da prática da enfermagem nos anos 30*. Rev. Brasileira de Enfermagem, Brasília, v.52, n.1, p.129-143, jan./mar. 1999.

BARREIRA, Ieda de Alencar. *A (re)configuração da identidade da enfermeira durante o Estado Novo: 1937-1945*. Relatório parcial de pesquisa/CNPq, fev. 2001. p. 18-19.

BASTOS, Nilo Chaves de Brito. *Sesp/FSESP (1942-1991)*: evolução histórica. Recife: Comunicarte, 1993. 521p.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Orgs). Petrópolis: Vozes, 1998, 251p.

BRAGA, Hernani. O programa do Ponto IV: plano internacional de cooperação técnica. *Anais de Enfermagem*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 113-119, jan. 1951.

CARVALHO, Amália Corrêa de. *Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Escola de Enfermagem da USP, 1980. 271p.

CARVALHO, Amália Corrêa de. *Edith de Magalhães Fraenkel*. São Paulo: Escola de Enfermagem da USP, 1992. 132p.

CARVALHO, Anayde Corrêa de. *Associação Brasileira de Enfermagem (1926-1976): documentário*. Brasília: ABEn, 1976. 514p.

CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e ilusões*: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: EDUFF/PROED, 1986. 215p.

COELHO, Cecília Pecego. *Escola de Enfermagem Anna Nery*: sua história, nossas memórias. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1977. 224p.

DONAHUE, M. Patrícia. *Nursing, the finest art*. St. Louis: Mosby Company, 1985. 508p.

DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário*: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG,1997, 409p.

FERNANDES, Cléa Alves de Figueiredo. *História da Escola de Enfermagem do Estado do Rio*. Rio de Janeiro: Serviço de Imprensa e Divulgação da UFERJ, 1964. 49p.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação*: um estudo introdutório. 8. ed., São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992. Coleção educação contemporânea.

GROSSI, Miriam Pillar. *Jeito de freira:* estudo antropológico num convento de Santa Catarina. Florianópolis:UFSC, 1989. Monografia apresentada para concurso de professor adjunto – UFSC.

NEIROS, Eliane Ferreira (Org.). *33 anos de Congresso Brasileiro de Enfermagem* – retrospectiva. Porto Alegre: ABEn, 1982.

PAIVA, Ângela Randolpho. Luzes Weberianas na comparação entre as esferas religiosas do Brasil e dos Estados Unidos. In: SOUZA, Jessé (Org.). *O Malandro e o protestante*: a tese Weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: UnB, 1999.

PARSONS, Ethel. *Annual Report of the Service of Nursing (1922-1926)*. National Department of Health of Brazil. Rockefeller Archive Center, New York, 1926 (cópia no CD/EEAN, doc. n.6, caixa 02).

PINHEIRO, Maria Rosa de Souza. A enfermagem no Brasil e em São Paulo. *Rev. Bras. de Enferm.*, v.15, n.5, p.432-478, out. 1962.

PULLEN, Bertha Lucille. Histórico do Conselho Internacional de Enfermagem. *Annaes de Enfermagem*, Rio de Janeiro, v.13-14, p. 4-13, jun./set. 1938.

SAUTHIER, Jussara; BARREIRA, Ieda de Alencar. *As enfermeiras norte-americanas e o ensino da enfermagem na capital do Brasil: 1921-1931*. Rio de Janeiro: Anna Nery/UFRJ, 1999. 180p.

VIEIRA, Therezinha Teixeira. *Catálogo Analítico: Nexos EEAN/ABEn (1925-1975)*,1995 (cópia no CD/ EEAN - não publicado).

NOTAS

[5] *12 de agosto de 1926 - Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas (Aned); 1 de junho de 1929 - Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (Anedb); 7 de agosto de 1944 - Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (Abed); 21 de agosto de 1954 - Associação Brasileira de Enfermagem.*

[6] *A primeira diretoria da Agia foi composta por: Luiza de Barros Thenn (presidente), Olga Campos Salinas (secretária) e Laís Netto dos Reys (tesoureira) (Coelho, 1997, p.196).*

[7] *Estatuto da Agia, de 5 de maio de 1927. CD/EEAN, cx 12, doc.75.*

[8] *carta da diretora da EAN, Bertha Pullen, de 20/7/28, à presidente da Agia. CD/EEAN, cx 13, doc. 25.*

[9] *"Those of the class of 1925 who are still in Rio de Janeiro are organizing a* alumnae association *". CD/EEAN, Relatório diretoras (1923-1927), p. 23 a (1925).cx2, doc 6.*

[10] *cinco das diplomadas de cada uma das duas primeiras turmas foram contempladas com bolsas da FR para fazer estudos pós-graduados nos EUA. CD/EEAN, série Relatórios Diretoras, 1923-1927.*

[11] *jornal "O Globo", de 8 e 9/2/30: "As alunas da Escola Anna Nery e as chefes americanas", "Enfermeiras de Saúde Pública" e "O serviço de enfermeiras da Saúde Pública: um apelo ao dr Getulio Vargas".*

[12] *Estatuto da Anedb, de 1929. Original no Arquivo Histórico da Aben. Cópia no CD/EEAN, cx 21, doc. 189.*

[13] *EP elaborou o ante-projeto que deu origem ao Dec. 20109/31, o qual instituiu a EAN como oficial padrão para criação e reconhecimento de outras escolas de enfermagem no Brasil. CD/EEAN, cx 30, doc.19.*

[14] *em 1933, foi inaugurada a primeira EE de orientação católica, a EE Carlos Chagas, em Belo Horizonte.*

[15] *depoimento de Bertha Pullen, em 4 de setembro de 1976. CD/EEAN, série diretoras, cx Pullen, doc.16; documento produzido durante sua vinda para o 28º Congresso Brasileiro de Enfermagem.*

[16] *do inglês* seniority, *que significa respeitabilidade, em termos de posição social, como origem familiar, relações sociais, fortuna, etc.*

[17] *no primeiro mandato de Bertha Pullen na direção da EAN, sendo LNR chefe do serviço de enfermagem do hospital São Sebastião (DNSP) (Sauthier & Barreira, 1999, p.146) e em seu segundo mandato, estando LNR comissionada para organizar a EE Carlos Chagas (Barreira, 1999, p.133-134).*

[18] *tal providência foi considerada como de grande alcance pela diretora da EAN pois, ao entregar alunas religiosas aos cuidados de uma escola leiga, a Igreja dava prova de grande confiança na Escola,. CD/EEAN, Relatório da diretora, junho de 1939, p.8.*

[19] *CD/EEAN, Relatório da diretora, fevereiro de 1940, p.5.*

[20] *que havia estudado na EE do hospital Samaritano e complementado seu curso na EAN, onde recebera o diploma de enfermeira, trabalhando então no hospital São Francisco de Assis, como enfermeira da classe F, foi designada para servir na 6ª região, em São Paulo em outubro de1939 (Base de dados Quem é quem na História da Enfermagem Brasileira. Nuphebras/EEAN).*

[21] *Em 1941, o Serviço de Obras Sociais (SOS) e, a partir de 1943, vários endereços, na av. Rio Branco e na presidente Vargas.*

[22] *A perda de poder e prestígio de EMF foi passageira pois, em janeiro de 1940, ela fora posta à disposição do governo do estado de São Paulo e seguira para os EUA, com bolsa da FR, a fim de se preparar para dirigir a futura EE da USP (Carvalho, 1980, p.29-30).*

[23] *Decreto-lei n º 4321, de 21/5/42.*

[24] *Arquivo Histórico da Aben. Livro de Atas nº 2, reunião de 12/3/43 (*VIEIRA, *Therezinha Teixeira. Catálogo Analítico: Nexos EEAN/ABEn (1925-1975), 1995. Cópia no CD/EEAN. Não publicado.*

[25] *Sinal dos tempos era o fato de que agora no "edifício de refeições" do Internato, havia clausura e capela para as alunas religiosas, local antes ocupado pelas integrantes da missão da FR. CD/EEAN, Relatório da diretora, setembro de 1939, p. 10. (Teixeira, 1998, p.52; Barreira, 1999, p.138-139).*

[26] *Discurso de CLK na reunião de chefes do dia 30/6/42. CD/EEAN, série diretoras, cx Kieninger.*

[27] *Resumo da reunião das chefes do dia 15/2/43. CD/EEAN, cx 75, doc.9.*

[28] *dois anos após o início do projeto, em junho de 44, o Iaia/Sesp avaliou negativamente o intercâmbio com a* Anna Nery School, *"a maior e melhor EE do Brasil"; sendo esse fracasso atribuído ao antagonismo de sua diretora, foi decidido que deveriam ser abertos outros canais de intercâmbio e cooperação, com outras instituições e lideranças (Barreira, 2001, p. 15).*

[29] *Saudação pronunciada, em 19 de maio de 1943, pelo organizador do hospital S. Francisco de Assis à época em que CLK, como diretora da EAN, organizou-o como campo de estágio da Escola. CD/EEAN, cx 75, doc.5.*

[30] *Carta do padre Álvaro Negromonte à CLK. Belo Horizonte, 20/8/43. CD/EEAN, cx 85, doc.10.*

[31] *Cartas de CLK à LNR, de 25/5/43 e de LNR ao Reitor da UB, de 27/5/43.CD/EEAN, cx 75, doc.6 e 7, 1943.*

[32] *Relatório de ZCV: atividades no Sesp, em Vitória do Espírito Santo. CD/EEAN, cx 75, doc.8, 1943.*

[33] *Também integravam a comissão vários médicos, diretores e chefes de serviços.*

[34] *Portaria nº 11, de 24/3/44 do Secretário Geral de Saúde e Assistência da PDF.*

[35] *Criada pelo decreto-lei nº 6275, de 16/2/44, depois EE Rachel Haddock Lobo.*

[36] *Legião Brasileira de Assistência, criada em 1944, para prestar assistência às famílias dos soldados convocados para a guerra e que se tornou o principal órgão de assistência social do governo (Cyrtynowicz, 2000, p. 80).*

[37] *depoimento de Aurora de Affonso Costa, 1ª diretora dessa EE, de 4/10/87. Série História Oral, dep. nº 3, CD/EEAN.*

[38] *instituído pelo decreto 20 109/31 e designado pelo ministro da educação em 1942, "para resolver o caso das equiparações e com a faculdade de estudar problemas de enfermagem". Livro de atas do Congresso para o estudo dos problemas nacionais de enfermagem. Ata da 1ª reunião, de 20/11/43. CD/EEAN.*

[39] *Presentes quatro das fundadoras dessa associação: LNR, Maria de Castro Pamphiro, Olga Lacorte e Maria do Carmo Prado.*

[40] *Livro de atas do Congresso para o estudo dos problemas nacionais de enfermagem. CD/EEAN, 1943.*

[41] *Talvez devido a tão profundas divergências é que LNR viesse a declarar que "o aumento de capacidade da EAN era matéria de defesa nacional. Relatório da diretora, out./ 1943. CD/EEAN.*

[42] *carta da diretora da EAN ao ministro da educação, datada de 14/2/44. CD/EEAN, série As Pioneiras: cx 5, doc.1, ano 1944. Livro de Atas da 2ª Reunião de Diretoras para o Estudo dos Problemas Nacionais de Enfermagem, 11 a 18 de fevereiro de 1944.*

[43] *Em 1943, o Iaia/Sesp, ofereceu à Anedb uma sala alugada. Como as enfermeiras americanas, pelo estatuto em vigor não poderiam ser sócias contribuintes, foi aprovada a proposta de que elas fossem consideradas sócias honorárias. No entanto, em reunião extraordinária, LNR reabriu a discussão do assunto, opinando que a Associação não deveria aceitar tal oferecimento, mas sua proposta foi rejeitada. Reunião ordinária de out/43, presidida por ZCV (Arquivo Histórico da Aben. Livro de Atas nº 2, 1941).*

[44] *denominação que prevaleceria até 1954.*

[45] *Anais de Enfermagem, v.4, nº 3, jul., 1951, p.268 (Notícias e comentários) e Reben, ano 26, nº 6, out./dez., 1973, p.532-533. In memoriam (Amália Correia de Carvalho).*

[46] *Nome religioso de Jeanne Josephine Roquet, da congregação das Irs Franciscanas Missionárias de Maria, que fez curso de enfermagem no Comitê Nacional de Defesa Contra a Tuberculose, em Paris, veio atuar no Brasil em 1935 e teve seu diploma revalidado em 1939, pela EAN, sendo diretora LNR. CD/EEAN, Livro de Registro de Revalidação de Diplomas.*

[47] *fundado em 1928 e que realizara seu primeiro congresso na França, em 1933 (Carvalho, 1976, p.416), na cidade Lourdes, centro de peregrinação dos católicos.*

[48] *Em 1946 a sede da Ureb foi transferida para São Paulo (Carvalho, 1976, p.417).*

[49] *As confissões evangélicas reagiram ao avanço das escolas católicas, abrindo em 1933*

uma EE em Anápolis, contrapondo ao nome de Anna Nery o de Florence Nightingale; e em 1937, foi criada uma segunda EE de orientação evangélica, a EE Cruzeiro do Sul (Sesp, 1957, anexo).

[50] presidente em exercício da Abed, em substituição a ZCV.

[51] das 700 diplomadas então existentes, 200 eram sócias da Abed (28%). Carvalho, 1976, p. 409.

[52] Anais de Enfermagem, v.15, nº 21, out./dez. 1946, p. 35. Editorial. Segundo Anayde Corrêa de Carvalho este Estatuto não chegou a ser registrado em cartório.

[53] Anais de Enfermagem, v.2, n.1, jan.49, p. 5-9.

[54] presidentes de sub-comissões: Corina Berlink (HC/USP), Glete de Alcântara, Ruth Borges Teixeira, Zilda Almeida Carvalho (Hughes), da EE da USP.

[55] A carta, datada de 28/3/47, foi entregue pessoalmente no escritório de Clara Curtis que a respondeu somente no dia 10/5/47, sugerindo que a reclamação fosse encaminhada à Abed, promotora do evento. Nenhum nome é citado na carta de Clara Curtis. Em 12/6/47, WP volta a escrever, declarando sua estranheza e discordância do tratamento dado à sua comunicação. CD/ EEAN, cx 88, doc. nº 2, 3 e 4. Waleska Paixão, 1947.

[56] Realizado de 4 a 17 de maio de 1947, com um atraso de seis anos, devido à guerra. O Brasil se fez representar no Grande Conselho do ICN, realizado em Washington, de 5 a 9 de maio, por EMF (representando a presidente da Abed: pela presidente da seção S.Paulo e a da divisão de educação da Abed), por Dinah A.Coelho (também da seção São Paulo) e EH, do Sesp. Relatório de ZCV. Anais de Enfermagem,v.1, n º 1, jan., 1948, p.41-49.

[57] iniciada durante a guerra, no I Congresso Panamericano de Enfermagem (Santiago do Chile, 1942), onde CLK representou o IAIA e as irmãs Haydée e Radcliff Dourado representaram o Brasil, apresentando o trabalho "Organização das EE no Brasil" (Carvalho, 1976, p. 48).

[58] Na conferência de Estocolmo, estando a Abed representada por EMF, presidente e EH, secretária executiva. Também esteve presente a este congresso a professora Olga Salinas Lacorte, da turma pioneira da EAN (Carvalho, 1976, p. 410).

[59] Art. 6º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: "Ninguém será submetido contra sua vontade, a qualquer forma de mutilação física ou experiência científica ou médica". Emenda proposta pela ABED: "Ninguém será submetido contra sua vontade à mutilação física ou experiência médica ou científica não requerida por seu estado de saúde tanto física como mental".

[60] principalmente por WP e LNR, a qual sugeriu que a ABED se desligasse do ICN (Carvalho, 1976, p.286).

[61] depoimento de ex-aluna da EAN, gravado em 13/8/87 por Ieda de Alencar Barreira. CD/ EEAN.

[62] ex-integrante da Missão Parsons (1922-1928), naquele momento consultora do Iaia na Colômbia. Anais de Enfermagem, v.1, nº 4, out., 1948, p.158. Editorial.

[63] ex-aluna da EE Carlos Chagas e portanto discípula de LNR; diretora da EE Hermantina Beraldo: 1946-1966 (Bases de dados do Nuphebras: Trajetória das escolas de enfermagem brasileiras).

[64] Os críticos do programa denunciavam o não aproveitamento dos técnicos brasileiros e as exigências descabidas relativas ao controle fiscal, ao acesso a informações e documentos, bem como os financiamentos condicionados à compra de material norte-americano (Abreu & Flaksman in: FGV/Cepedoc. Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983, v.4).

[65] da qual eram membros: LNR, irmã Mathilde Nina, Aurora de Affonso Costa, ZCV e Maria Rosa Souza Pinheiro; esta comissão era assessorada por EH. Também participaram deste estudo, EMF e irmã Helena Maria Villac.

[66] Dec. nº 27426, de 14/11/1949.

[67] Esta questão foi amplamente discutida durante anos e remediada pela seguinte legislação: projetos de lei: 2640/52; 3082/57; 114/59; 3803/62 e parecer 303/63 do CFE.

[68] depoimento escrito da professora Anna Jaguaribe Nava. In: Coelho, 1997, p. 59.